



Moção de defesa da Democracia e da condenação de Jair Bolsonaro

Nós, comunicadoras, comunicadores, militantes, ativistas, educadoras, jornalistas, acadêmicas, representantes de coletivos populares, mídias alternativas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil reunidos em Fortaleza (CE), entre os dias 8 e 10 de setembro de 2025, por ocasião do 5º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação e a Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, reafirmamos com veemência nossa defesa intransigente da democracia, do Estado Democrático de Direito e do direito humano à comunicação como pilares fundamentais da vida coletiva no Brasil.

As tentativas de golpe de Estado institucional entre 2019 e 2023, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023, não podem ser tratadas como eventos isolados ou episódicos. São a continuidade de um projeto autoritário sustentado por forças que historicamente atuaram contra a democracia brasileira — de 1964 até o presente. Estes atos foram organizados e incentivados por uma rede de poder político e econômico que inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus que estão sendo julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A responsabilização dos envolvidos, especialmente daqueles em posições de liderança civil e militar, não é uma questão de revanchismo, mas de justiça, reparação histórica e compromisso com a não repetição.

A impunidade dos crimes da ditadura civil-militar alimentou, durante décadas, a naturalização da violência política, da censura e da militarização do poder. O bolsonarismo se alimentou dessa mesma raiz, instrumentalizando os meios de comunicação, as redes sociais e as próprias Forças Armadas para difundir desinformação, minar instituições e silenciar a diversidade de vozes que compõem o tecido democrático brasileiro.

Consideramos que a impunidade de quem atenta contra a democracia — já presente na história recente do Golpe de 2016 e na ditadura civil-militar — é o pilar do autoritarismo. Por isso, a condenação firme e exemplar de Jair Bolsonaro e todos os seus cúmplices pelos crimes cometidos contra a democracia brasileira se configura em momento histórico para o país, desvelando verdades e punindo culpados. Sem justiça, não há futuro democrático possível.

Mas também afirmamos: não há democracia real sem o direito humano à comunicação plenamente garantido.

A democracia exige que todas as vozes possam ser ouvidas — especialmente aquelas historicamente silenciadas pelas estruturas do poder midiático concentrado, racista, patriarcal e elitista. A comunicação é um direito fundamental porque informa, forma, mobiliza e emancipa. E, ao mesmo tempo, é através da comunicação que o ódio, as fake news, os discursos antidemocráticos e as campanhas de desinformação se propagam.



Foi assim que a máquina golpista operou: usando o ecossistema digital e as brechas da regulação das plataformas para atacar a verdade, alimentar o medo, deslegitimar as instituições e corroer os alicerces democráticos.

Reivindicamos, portanto:

- A regulação democrática das plataformas digitais, com mecanismos transparentes, participativos e voltados à promoção dos direitos humanos, da pluralidade e do combate à desinformação;
- O fim da concentração dos meios de comunicação, com políticas públicas que fortaleçam a mídia independente, comunitária e popular;
- O compromisso das instituições do Estado com a valorização da comunicação pública e a universalização do acesso à internet de qualidade;
- O fortalecimento de espaços de educação midiática, sobretudo para populações periféricas, negras, indígenas e rurais, como ferramenta de emancipação crítica;
- A responsabilização jurídica, política e econômica das redes e agentes que atentaram contra a democracia, inclusive no campo da comunicação;
- O enfrentamento ao autoritarismo precisa ser acompanhado de políticas de memória, verdade, justiça e reparação, inclusive com a abertura completa dos arquivos militares e o reconhecimento institucional das vítimas de violações de direitos humanos, do passado e do presente.

A democracia exige comunicação livre, plural e democrática. E isso não é possível sob a sombra da impunidade, do medo e da repressão. Lutar por justiça é também lutar pelo direito à comunicação como direito humano fundamental.

Em memória das vítimas do bolsonarismo — nas favelas, nos territórios indígenas, nos quilombos, nas periferias, nos hospitais durante a pandemia, nas escolas atacadas pelo obscurantismo — e em nome das gerações que virão, nos colocamos como guardiões e guardiãs da democracia e do direito à comunicação como expressão da dignidade humana.

Moção proposta pela organização Diracom e aprovada na 26ª Plenária Nacional do FNDC.

Fortaleza, 10 de setembro de 2025.

#DemocraciaÉDireito #ComunicaçãoÉDireito #BolsonaroNuncaMais #RegulaçãoJá